



SUJEITO POSPOSTO EM REDAÇÕES DO VESTIBULAR DA UFPel

GUSMÃO, Júlia Souza de¹; MEDEIROS, Aline Pedra²; CARDOSO, Paula Fernanda Eick³

¹Acadêmica do Curso de Letras – Português/Inglês e Respectivas Literaturas da UFPel; integrante do Grupo de Pesquisa “Banco de Textos constituído por redações do vestibular da UFPel”, coordenado pela Profa. Dra. Paula Fernanda Eick Cardoso; juhsouza@hotmail.com

²Acadêmica do Curso de Letras – Português/Inglês e Respectivas Literaturas da UFPel; integrante do Grupo de Pesquisa “Banco de Textos constituído por redações do vestibular da UFPel”, coordenado pela Profa. Dra. Paula Fernanda Eick Cardoso; alinepmedeiros@hotmail.com

³Doutora em Letras; professora de Sintaxe na Faculdade de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, UFPel; paulaeick@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

No trabalho com as redações do projeto de pesquisa “Banco de textos constituído por redações do vestibular da UFPel”, percebemos um fenômeno muito interessante: a ausência de concordância em certos casos de sujeito posposto. Em outras palavras, quando o sujeito aparece depois do predicado, os candidatos tendem a não flexionar devidamente o verbo ou o predicativo. Observemos os exemplos abaixo:

- (1) (a) “... E de uma brincadeira vista como inofensiva surge problemas sérios de convivência...”
(b) “... é preciso ser resgatado a visão de que a escola ainda é o melhor lugar para se moldar a educação do homem...”

Na frase (1a), o sujeito do verbo “surge” é o constituinte “problemas sérios de convivência”; e, na frase (1b), o sujeito do predicado “é preciso ser resgatado” é “a visão de que a escola ainda é o melhor lugar para se moldar a educação do homem”. Essas frases violam as regras preceituadas pela Gramática Tradicional no que diz respeito à concordância verbal e à concordância nominal.

De acordo com a tradição gramatical, o verbo “surge” deveria aparecer no plural (“surgem”) e o núcleo do predicado nominal – o predicativo do sujeito ‘resgatado’ – deveria concordar em gênero e número com o núcleo do sujeito – função desempenhada pelo substantivo “visão” – assumindo a forma “resgatada”.

Poderíamos supor que a violação das regras preceituadas pela Gramática Tradicional sobre a concordância resultaria da posposição do sujeito ao predicado. Entretanto, em uma análise preliminar das redações, encontramos casos em que o candidato estabelece a concordância do verbo com um constituinte que seria, de acordo com a Gramática Tradicional, o seu complemento e não o sujeito, como este a seguir:

(2) “... deveriam haver harmonia e interação entre os alunos...”

A frase acima exemplifica os casos denominados pela Gramática Tradicional como oração sem sujeito. Nesse exemplo, “harmonia e interação entre os alunos” desempenha a função sintática de complemento da locução verbal “deveriam haver” e exatamente por esse motivo o verbo auxiliar teria de permanecer na terceira pessoa do singular (“deveria haver”), mas não é isso que acontece.

O cotejo das frases mencionadas em (1) com aquela citada em (2) leva-nos a concluir que a posposição do sujeito ao predicado não é capaz de explicar a ausência de concordância verificada nos exemplos citados acima. Com o intuito de estudar o sujeito posposto, o trabalho a seguir procurou, através de preceitos teóricos, buscar outro fenômeno linguístico associado à ordenação do sujeito.

2. METODOLOGIA

Análise de sentenças com o sujeito posposto – retiradas de um corpus de dez redações do vestibular da UFPel – por meio de suporte teórico baseado nas pesquisas de Miotto (2000) e Menuzzi (2003) e, através desta fundamentação teórica, procurar outro fenômeno, além da posposição, que possa explicar a ausência de concordância nos exemplos selecionados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Menuzzi (2003), embora a língua portuguesa, incluindo sua variante brasileira, seja considerada uma língua cuja ordem de palavras mais comum é a ordem Sujeito-Verbo, é bem sabido que a ordem inversa Verbo-Sujeito também é possível em diversos contextos (como em “Chegaram os livros”). Entretanto, a ordem Verbo-Sujeito parece ter uma frequência bem mais baixa no português brasileiro se comparada à sua frequência no português europeu ou mesmo na variante culta brasileira. Essa diferença poderia ser explicada pelo fato de o português brasileiro estar se tornando uma “língua de sujeito obrigatório”, deixando de ser uma “língua de sujeito nulo”, o que o afastaria do português europeu e das demais línguas românicas (MENUZZI, 2003, p.2).

Pesquisas têm revelado que o português europeu permitiria a posposição do sujeito com qualquer tipo de verbo (intransitivos, transitivos diretos e indiretos, etc.), enquanto que o português brasileiro aceitaria naturalmente a ordem Verbo-Sujeito (doravante VS) somente com verbos intransitivos, impondo restrições no caso dos demais verbos. A posposição seria possível com qualquer verbo intransitivo porque, na ausência de um objeto, o “sujeito” poderia ser analisado como objeto do verbo. Ainda assim, esta possibilidade estaria sujeita a uma restrição adicional de “indefinitude”: só “sujeitos” indefinidos poderiam ser pospostos, como podemos observar no contraste abaixo:

- (3) (a) Chegou um cara estranho na festa.
(b) * Chegou o cara estranho na festa.

Alguns linguistas sugerem que a restrição de definitude aponta para outra restrição: a ordem VS só seria possível com os chamados verbos inacusativos. A título de exemplo, observemos as frases abaixo:

- (4) (a) Chegou um cara estranho na festa.
(b) * Tossiu um cara bem no meio do filme.

Há verbos intransitivos nas frases (4a) e (4b), entretanto apenas a primeira é gramatical no português brasileiro. Isso acontece porque “chegar” é inacusativo, assim como “parecer”, “existir”, “surgir”, “morrer”, etc. Esses verbos compartilham uma importante propriedade: o elemento que desempenha a função de sujeito tem características de complemento verbal, dentre as quais a de não ser interpretado como agente. O verbo “tossir”, por outro lado, não é inacusativo, pois o elemento na função de sujeito é interpretado como agente.

Mioto (2000) defende que o elemento que parece desempenhar a função de sujeito dos verbos inacusativos não apenas tem características de complemento verbal, como é o próprio complemento desses verbos. Mioto lembra que os verbos costumam impor pesadas restrições aos elementos que desempenham a função sintática de sujeito. Exemplificando o que foi dito, observemos as frases abaixo:

- (5) (a) O cachorro parece gostar do patrão.
(b) A pedra parece pairar no vazio.
(c) A felicidade parece ter acabado.
(d) Parece chover na ilha.
- (6) (a) ?? O cachorro deseja gostar do patrão.
(b) * A pedra deseja pairar no vazio.
(c) * A felicidade deseja acabar.
(d) * Deseja chover.

As duas séries de exemplos são montadas numa escala decrescente que vai de um sujeito animado não-humano “o cachorro” até uma oração sem sujeito, passando por um sujeito concreto não-animado e por um abstrato. As frases em (6) nos permitem observar que o verbo “desejar” reage a todos os sujeitos, isto é, ele impõe severas restrições a esses elementos, os quais são de fato “sujeito” do verbo “desejar”.

Por outro lado, observamos em (5) que o verbo “parecer” não reage ao tipo de sujeito que tem. Se nenhuma incompatibilidade se verifica entre verbo e o sujeito, somos levados a desconfiar, segundo Mioto (2000), que os constituintes “o cachorro”, “a pedra”, “a felicidade” e “ \emptyset (zero)” não são de fato o sujeito de “parecer”. A desconfiança é comprovada se observarmos a seguinte frase:

- (7) * A pedra parece doente.

Agora a frase é agramatical, mas a incompatibilidade não pode decorrer de uma restrição imposta por “parecer” ao sujeito “a pedra”. Esse não pode ser o caso porque o constituinte “a pedra” já apareceu como sujeito de “parecer” em (5b). Na verdade, a incompatibilidade se verifica entre “a pedra” e “(ser) doente”.

Como já foi mencionado, “parecer” claramente não tem sujeito. O elemento que aparece na posição de sujeito é, de fato, complemento do verbo, mas esse elemento precisa ser movido para a posição de sujeito com o intuito de receber caso nominativo. Isso significa que “problemas sérios de convivência” na frase (1a) não seria, na realidade, o sujeito de “surge”, mas sim o complemento verbal.

Menuzzi (2003) assume que uma evidência circunstancial para essa linha de análise poderia vir da tendência atual do português brasileiro de evitar a concordância entre verbo e sujeito na ordem VS, como em “De repente apareceu três caras estranho” em contraste a “De repente apareceram três caras estranhos”, exatamente como havíamos verificado nas redações do vestibular (cf. exemplo (1a)).

Cabe notar aqui, entretanto, que esperaríamos encontrar nas redações do vestibular um uso monitorado da linguagem, visto que os candidatos têm a consciência de que não apenas o conteúdo de seus textos, mas também a linguagem empregada para transmitir esse conteúdo, será avaliada. Entretanto, mesmo nesses textos, as regras da gramática internalizada pelos falantes em contato com a sua comunidade linguística parecem ser mais fortes do que todos os anos de policiamento gramatical exercido pela escola.

Resta-nos ainda explicar o que acontece na frase (1b). Vanda Bittencourt (citada por ALBERTON, 2000, p. 20) verificou que, com verbos de ligação, a posposição do sujeito pode ser aplicada, entretanto, assim como em estruturas com intransitivos, os nomes próprios e os pronomes pessoais parecem provocar um efeito pouco natural. A autora admite também a hipótese de deslocamento do sujeito no caso de o verbo de ligação ser seguido de sintagma nominal, como em: “Todos os moradores desse bairro são pessoas amigas” ou “São pessoas amigas todos os moradores deste bairro”.

Entretanto não há discussão sobre a ausência de concordância que poderia ser verificada entre o predicativo e o sujeito. Para Miotto (2000), o verbo “ser” também é um inacusativo, o que muito provavelmente acabaria por afetar a própria flexão do predicativo. Todavia, esses casos exigem uma análise ainda mais cuidadosa, o que não poderá ser feito no presente resumo.

4. CONCLUSÕES

Para finalizar, é importante lembrar que a relevância desta investigação pode ser percebida na possibilidade de descrição e tentativa de explicação do conhecimento de linguagem adquirido pelos candidatos para o vestibular ao longo de sua vida pessoal e acadêmica, não tendo como intuito apresentar uma análise conclusiva. Assim, a universidade poderá futuramente apresentar à comunidade escolar características da gramática interna das pessoas que concluem o ensino médio, bem como as divergências existentes entre as regras dessa gramática e aquelas preceituadas pela Gramática Tradicional e, sobretudo, a universidade poderá prover aos professores do ensino fundamental e médio uma fundamentação teórica que lhes permita compreender tais fenômenos lingüísticos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTON, Cristiane. **A ordem verbo-sujeito no português falado no RS.** Dissertação de mestrado. PUC, Porto Alegre, 2000.
- MATEUS, Maria H. M. et alii. **Gramática da língua portuguesa.** Coimbra: Almedina, 1983.
- MIOTTO, C., SILVA, M. C., LOPES, R. **Manual de sintaxe.** Florianópolis: Insular, 2000.
- MENUZZI, S. M. **A ordem verbo-sujeito no Português do Brasil: algumas abordagens e questões em aberto.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 3. Rio de Janeiro: UFRJ, 13-15, março 2003.